

RBC nº 196**Ações que poderão redundar em recuperação financeira de instituição privada de ensino superior**

(José Luiz Nunes Fernandes)

O trabalho sugere ações de gestão acadêmica e administrativa, que, ao serem implementadas, poderão redundar em recuperação financeira de instituição privada de ensino superior. Porém, antes, expressam-se os inúmeros desafios contemporâneos, tanto pedagógicos como administrativos e financeiros dessas instituições de ensino. Em seguida, o trabalho sugere ações de recuperação, ações essas que transitam pelo processo de gestão, custos, gestão de passivos e finaliza com efetivas sugestões de ações de redução de custos, tanto na área pedagógica como na área administrativa.

A implantação da Depreciação Gerencial no Setor Público brasileiro: rumo à convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (IPSAS)

(Ms. João Eudes Bezerra Filho, Renata Santana Vieira e Rômulo Anderson Matias Ferreira)

O momento de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade pelo qual passa a Contabilidade no Brasil tem trazido significativas transformações para o pensamento contábil e os modos de registro dos atos e fatos contábeis a serem depurados e interpretados na nova maneira de apresentar a informação contábil nos demonstrativos tanto da área empresarial quanto da área pública. Um dos fatos característicos desse processo é a implantação da depreciação sobre os bens tangíveis da administração pública. Esta inovação possibilitará uma real mensuração do valor do patrimônio público, além de permitir uma apuração mais apropriada dos custos no setor público, melhorando assim a evidenciação e a qualidade da informação gerencial fornecida pelas entidades públicas a todos aqueles que utilizam a informação contábil, a saber: gestores, fornecedores, investidores e, sobretudo, a sociedade. O foco do presente trabalho deposita-se, especificamente, sobre a depreciação implantada sobre os bens móveis que constituem o patrimônio dos órgãos públicos a serviço da administração.

Conselhos Regionais de Contabilidade: a evidenciação da responsabilidade social por meio da utilização do Balanço Social e da Demonstração do Valor Adicionado

(Alex Sandro Rodrigues Martins, Alexandre Costa Quintana e Flávia Verônica Silva Jacques)

No atual cenário de globalização, as entidades, com ou sem fins lucrativos, estão sendo impulsionadas a adotar novas posturas diante de questões ligadas à ética e à qualidade de suas relações com a sociedade. O Balanço Social (BS) apresenta-se como um instrumento utilizado pelas organizações para evidenciar publicamente as suas ações sociais e suas intenções e compromissos assumidos com relação ao exercício da responsabilidade social corporativa. O objetivo desta pesquisa é verificar a evidenciação de informações sociais e ambientais dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC) brasileiros, por meio do Balanço Social e da Demonstração do Valor Adicionado. Trata-se de uma pesquisa descritiva, que, quanto aos procedimentos, é documental, com uma abordagem quantitativa, uma amostra definida por acessibilidade ou conveniência e uma coleta de dados baseada em uma pesquisa-levantamento. Os resultados deste estudo revelam que apenas 29,62% dos CRCs publicaram esses demonstrativos em 2008, 25,92% em 2009 e 14,81% no ano de 2010.

Satisfação e perspectivas profissionais dos acadêmicos dos cursos de Administração e Ciências Contábeis de uma instituição de ensino superior do Estado de Santa Catarina

(Ari Söthe, Egon Inácio Bieger, Nelson Hein e Maria José Carvalho de Souza Domingues)

Conhecer os fatores que atraem e mantêm os estudantes no ensino superior tem sido um dos maiores desafios para instituições de ensino superior. A necessidade da avaliação dos níveis de satisfação dos acadêmicos durante o curso e a compreensão dos fatores motivadores da desistência são fundamentais para a manutenção dos cursos e instituições de ensino superior. Este estudo tem por objetivo analisar as perspectivas profissionais dos acadêmicos de graduação em Administração e Ciências Contábeis de uma instituição de ensino superior do Estado de Santa Catarina, bem como o nível de satisfação desses acadêmicos em relação à escolha do curso. Para atingir o objetivo, realizou-se uma pesquisa descritiva de levantamento e com abordagem quantitativa. Os resultados demonstram que a maioria dos acadêmicos está desenvolvendo atividades profissionais nas áreas do curso; que as perspectivas profissionais aumentaram para a maioria dos estudantes no primeiro ano e continuaram aumentando no decorrer do curso; que o sentimento de satisfação pessoal é total ou parcial; que pretendem cursar pós-graduação; e que estão satisfeitos com a escolha do curso e da instituição.

Ativos biológicos: nível de transparência e evidenciação nas demonstrações contábeis

(João Ricardo Finatelli e Gustavo Rodrigues Ortega)

Após a aprovação da Lei n.º 11.638/07, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) passou a ter autonomia para coordenar a harmonização das normas societárias vigentes no Brasil para as normas internacionais publicadas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Em 2009, o CPC emitiu o pronunciamento denominado CPC 29, representativo de Ativo Biológico e Produto Agrícola, o que tem correlação com as normas internacionais de contabilidade IAS 41. O referido pronunciamento tem como objetivo estabelecer o tratamento contábil e as respectivas divulgações relacionadas aos ativos biológicos e produtos agrícolas. As novas metodologias trouxeram, de maneira generalizada, resultados diferentes daqueles que seriam obtidos por meio da antiga metodologia de contabilização. Como exemplo, observa-se que o CPC 29 e a norma internacional IAS 41 preceituam que os ativos biológicos de uma entidade devem ser mensurados pelo seu valor justo, subtraídos desses os custos estimados para venda, desde sua fase de transformação até a colheita.

Diante deste cenário, este artigo buscou analisar qual o nível de transparência e evidenciação nas demonstrações contábeis com a adoção do CPC 29, já que se trata de uma substituição a algo que existia à longa data em vez de complementar a informação existente. Para tanto, foram selecionadas empresas do subsetor de alimentos processados e enquadradas no Novo Mercado da Bovespa por terem um nível de Governança Corporativa diferenciada. A metodologia utilizada foi de pesquisa bibliográfica exploratória. Por fim, foi possível observar que as empresas não vêm divulgando informações importantes para análise de seus usuários externos (investidores e credores).